



University of
Texas Libraries



e-revist@s



Centro Unversitário Santo Agostinho

revistafsa

www4.fsnet.com.br/revista

Rev. FSA, Teresina, v. 20, n. 11, art. 4, p. 60-88, nov. 2023

ISSN Impresso: 1806-6356 ISSN Eletrônico: 2317-2983

<http://dx.doi.org/10.12819/2023.20.11.4>

DOAJ DIRECTORY OF
OPEN ACCESS
JOURNALS

WZB
Wissenschaftszentrum Berlin
für Sozialforschung



Zeitschriftendatenbank



Cultura Política Eleitoral no Brasil: Estudo Comparado Entre as Cinco Regiões

Electoral Political Culture in Brazil: A Comparative Study Between the Five Regions

Simone Piletti Viscarra

Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Professora Adjunta na Universidade Federal do vale do São Francisco (UNIVASF)
E-mail: Simone.viscarra@univasf.edu.br

Endereço: Simone Piletti Viscarra
Carlos Drummond de Andrade, 50, Maringá, CEP:
48902-370, Juazeiro/BA, Brasil.

**Editor-Chefe: Dr. Tonny Kerley de Alencar
Rodrigues**

**Artigo recebido em 01/09/2023. Última versão
recebida em 18/09/2023. Aprovado em 19/09/2023.**

**Avaliado pelo sistema Triple Review: a) Desk Review
pelo Editor-Chefe; e b) Double Blind Review
(avaliação cega por dois avaliadores da área).**

Revisão: Gramatical, Normativa e de Formatação

AGÊNCIA DE FOMENTOS: Agradeço a dedicação dos Bolsistas de Iniciação Científica: Emerson Barbosa Lopes (EDITAL 07/2023 – PIBIC/FAPESB/UNIVASF) e HELOISY TÍNEL SILVA (Edital 07/2022 – PIBIC/FAPESB/UNIVASF) pela dedicação e auxílio no projeto que resultou no presente artigo.



RESUMO

Este é um estudo de natureza comparativa cuja finalidade é descrever como os brasileiros se posicionam com questões relacionadas a voto, eleições, partidos políticos, confiança institucional (corrupção), valores autoritários políticos e participação política/interesse político. Considerando isso, a análise será conduzida de forma a identificar as particularidades de cada uma das 5 regiões do Brasil, de maneira a possibilitar uma leitura mais específica da qualidade democrática do país. Para materializar o entendimento sobre os valores que sustentam a democracia brasileira, os dados empregados provêm da 7ª onda do *World Value Survey*, conduzida em 2018. O objetivo é propiciar um debate sobre quais obstáculos democráticos que cada região do país enfrenta e se existem valores próximos entre eles. A favor disso, o referencial teórico inicial se estrutura com base nos argumentos culturalistas de Almond e Verba (1963; 1980), uma vez que ambos pontuam que a qualidade democrática depende de valores além dos institucionais para se solidificar positivamente.

Palavras-chave: Cultura Política. Confiança Institucional. Qualidade Democrática. Estudo Comparativo.

ABSTRACT

This is a comparative study aimed at describing how Brazilians position themselves on issues related to voting, elections, political parties, institutional trust (corruption), authoritarian political values, as well as political participation/interest. With this in mind, the analysis will be conducted in order to identify the specificities of each of Brazil's five regions, enabling a more focused assessment of the country's democratic quality. To comprehend the underlying values of Brazilian democracy, the data employed is derived from the 7th wave of the *World Value Survey*, conducted in 2018. The objective is to foster a debate about the democratic obstacles faced by each region of the country and whether there are shared values among them. In support of this, the initial theoretical framework is structured based on the culturalist arguments of Almond and Verba (1963; 1980), as they both emphasize that democratic quality depends on values beyond the institutional realm to establish a positive foundation.

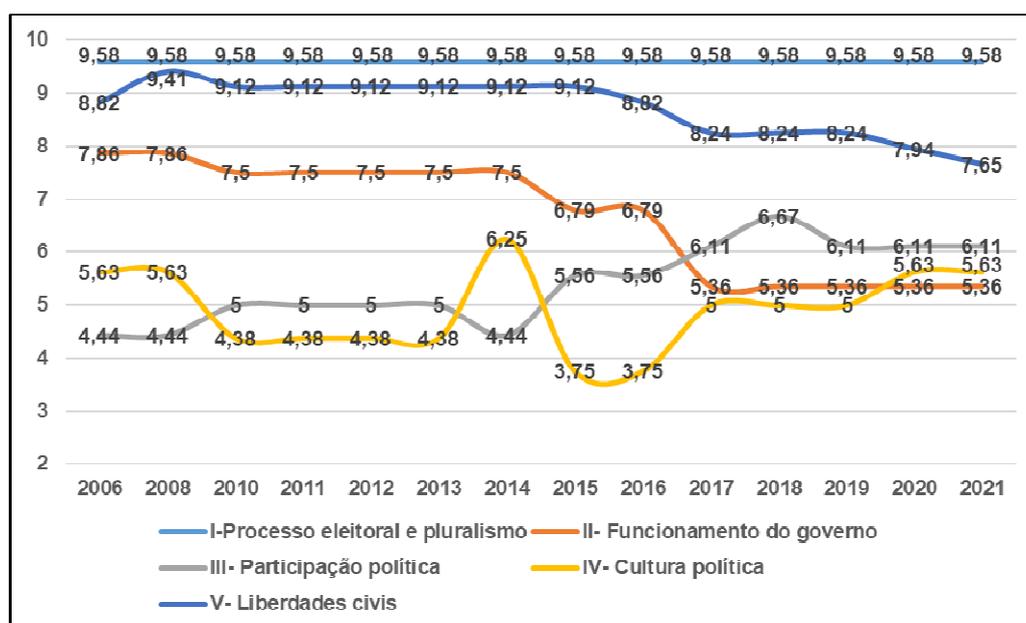
Keywords: Political Culture. Institutional Trust. Democratic Quality. Comparative Study.

1 INTRODUÇÃO

Segundo o *Policy IV* (1950-2015), não há dúvidas de que a democracia é o principal regime político instituído no mundo, mesmo com a ampliação de conflitos políticos violentos nas últimas décadas. Isso é observado no último relatório da agência citada, “*State Fragility and Warfare in the Global System*” (2019), que descreve um aumento anual no número de resoluções políticas não pacíficas, inclusive em países democráticos. O Brasil não está nesta lista de países com resoluções violentas desde 1980, ao sair da repressão causada pela ditadura militar iniciada em 1964. Todavia, o país parece estar caminhando para voltar para essa lista¹. Afinal, as nossas últimas duas eleições presidenciais, 2018 e 2020, foram marcadas por uma polarização extrema e altos casos e violência política, inclusive físicas.

Outra contribuição nessa direção são os relatórios do *Democracy Index* (*The Economist*, 2006-2021) que classificam os sistemas políticos ao redor do mundo com base em cinco nas categorias: i) Participação política; ii) Processo eleitoral e pluralismo; iii) Funcionamento do governo; iv) Cultura política; e v) Liberdades civis². Desse modo, avaliando a qualidade de um sistema político para além de aspectos normativos. Para o caso Brasileiro os dados dessas categorias são apresentados abaixo:

Gráfico 1



Fonte: Elaborado pela autora com base no banco de dados fornecidos pela *The Economist* (2006-2021).

¹ Um exemplo disso: <https://terradedireitos.org.br/violencia-politica-e-eleitoral-no-brasil/>

²i) Para ver os itens avaliados em cada categoria acesse: <https://pages.eiu.com/rs/753-RIQ-438/images/eiu-democracy-index-2021.pdf>

Observa-se que dentre os cinco pontos avaliados o único estável desde 2006 no Brasil é a variável normativa que diz respeito ao processo eleitoral e pluralismo do país. Contudo, no que tange ao funcionamento do governo, o indicador cai ao longo dos anos, sobretudo após 2016, quando foi executado o golpe institucional que retirou a Presidente Dilma Rousseff do seu cargo (MIGUEL, 2019). Também em queda está a liberdade civil cujos dados da *Freedom House* auxiliam a esclarecer a situação, pois, segundo eles, desde 2017 o índice de “liberdade civil” (ou liberdade de expressão política) dos eleitores brasileiros vem baixando constantemente³. Para os demais itens, participação política e cultura política, a situação é mais complexa.

A participação política tem se ampliado, uma vez que, desde 1988, com a redemocratização do país, novos caminhos participativos estão sendo abertos, contudo é preciso considerar as circunstâncias que acompanham tal aumento. Um exemplo são os protestos de 2013, que, ao contrário do esperado, acabaram auxiliando para que uma onda de “direta e autoritária” ganhasse mais espaço. Situação que refletiu nas eleições de 2014, quando Dilma Rousseff foi reeleita presidente em segundo turno com uma margem pequena e numa eleição de forte polarização, mas em sentido negativo devido ao cenário de violência entre esses dois grupos. O que demarca a existência de “cultura política” nem tão democrática. Na sequência, em 2016, o país passou por diversas mobilizações e movimentos sociais para que mudanças políticas ocorressem. O problema é a forma como essa participação ocorre e quais valores estão sendo sustentados nesse processo.

Segundo Murilo de Carvalho (2001), o Brasil tem um passado político favorável à desdemocratização, com a manutenção de características que dificultam a implementação de valores políticos igualitários e responsivos. Soma-se a isso a piora do nosso panorama econômico⁴ – incentivado por uma má gestão sanitária por parte do Governo Bolsonaro durante a pandemia de Covid-19 – e uma recessão ao redor do mundo. Consequentemente, o Brasil tem hoje um cenário complexo quando o foco é descrever sua qualidade democrática, tanto pela sua formação histórico-política quanto por sua base material (econômica) e pelos valores políticos subjetivos dos seus cidadãos.

Para Morlino (2015), a melhor estratégia para identificar a qualidade democrática de um sistema é aquela pautada em procedimento, conteúdo e resultado. Segundo ele, o descontentamento e a insatisfação dos cidadãos em relação ao regime político baixa a

³ Dados disponíveis em: <https://freedomhouse.org/country/brazil/freedom-world/2022>

⁴ Mais informação em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/07/06/brasil-volta-ao-mapa-da-fome-das-nacoes-unidas.ghtml>.

qualidade do mesmo. Para isso, ele emprega o conceito de democracia híbrida do *Democracy Index*, afirmando que para “entender a noção de qualidade” é necessária uma análise empírica, transparente, replicável e que considere o pluralismo de valores e visões das pessoas sobre a esse sistema. E é considerando isso e as informações anteriores que este artigo visa compreender a cultura política dos eleitores brasileiros nos últimos anos. Para isso, emprega-se a visão clássica da teoria culturalista que ganhou notoriedade com a obra *The Civic Culture*, de Almond e Verba, cujo argumento é que atributos institucionais não são suficientes para elevar um sistema democrático à categoria de bem desenvolvido. Segundo eles, a forma como os cidadãos se comportam, avaliam e julgam fatores políticos implica diretamente a qualidade do seu sistema. A tese é que instituições – ou cartas constitucionais, como a nossa de 1988 – por mais democráticas que sejam, não são o suficiente para consolidar uma democracia de qualidade.

E é considerando que se justifica a necessidade de compreender os valores que os brasileiros possuem acerca das variáveis de: voto, eleições, partidos políticos, confiança institucional (corrupção), valores autoritários políticos e participação política/interesse político. Sendo as questões de pesquisa deste estudo: i) Que valores relacionados à cultura política estão moldando o processo democrático brasileiro?; ii) São esses iguais para todas as regiões do país? Para responder isso emprega-se os dados da 7ª, e mais recente, onda do *World Value Survey* (2018)⁵. E, evitando criar generalismos falhos, essas informações serão analisadas através de questões cognitivas, afetivas e avaliativas sobre as variáveis em questão. Ademais, os resultados serão processados de maneira independente entre as cinco regiões brasileiras (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul). Desse modo, verificando se existem valores nacionais unitários a respeito das variáveis escolhidas e os principais pontos fortes e obstáculos à democracia em cada região.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O conceito de cultura política não é recente⁶ na ciência política, contudo sua notoriedade ocorre após 1960 através dos trabalhos de Almond e Verba. E seguindo a visão clássica dessa teoria, empregam-se aqui os argumentos de três obras fundamentais: i) *The Civic Culture*, de Almond e Verba (1963); ii) *The Civic Culture Revisited*, de Almond e Verba (1980) e; iii) *The Civic Culture Transformed*, de Dalton e Welzel (2011).

⁵ Disponível em: WVS Database (worldvaluessurvey.org).

⁶ Tocqueville utiliza a palavra “customs” para indicar regras tradicionais, sendo, portanto, a condição moral e intelectual de uma pessoa (ALMOND, 1989, p. 2-6).

De acordo com Peres (2008), entre as décadas de 1960/70 a teoria institucionalista de compreensão de fenômenos e questões políticas passava por uma crise preditiva e explicativa, pois não fornecia explicações a diversos fenômenos, como o do avanço do autoritarismo em sistemas democráticos. Objetivando uma análise política mais empírica, Almond e Verba (1963), influenciados pelas reformas metodológicas do behaviorismo, do comportamentalismo e da escola de Chicago, propõem a inclusão de variáveis subjetivas ao debate sobre a compreensão democrática (PERES, 2008). A finalidade era explicar, via observação e sistematização de dados de ordem psicológica dos indivíduos, questões políticas.

Para Almond e Verba (1963), tais fatores subjetivos – ou psicológicos – são de três tipos: i) de orientação cognitiva: conhecimentos e crenças acerca do desempenho do sistema político, da função dos indivíduos e dos grupos sociais; ii) de orientação afetiva: que alcança os sentimentos nutridos pelos indivíduos no que diz respeito ao sistema político; e iii) orientação avaliativa: que engloba os conhecimentos, as informações e os sentimentos das pessoas com os objetos políticos. A premissa era de que a normatividade institucional sozinha não garantiria estabilidade à democracia, devendo o sistema ser legitimado através de sentimentos e ações de apoio por parte dos seus membros. Analisando dados de 5⁷ países, eles descrevem que o caminho para a consolidação de uma democracia não é linear, mas que a existência de uma cultura política participativa sim, isto é, se a democracia fornece ao cidadão a oportunidade de participar no processo decisório, ela precisa existir para além de instituições formais. Sendo, então, necessário compreender o “tipo” de cidadão ali presente.

A visão de Almond e Verba é que o modelo racionalista-ativista, que envolve a existência de uma população politicamente informada, ativa e livre para exercer suas ações políticas, é fundamental para que uma democracia seja estável e bem sucedida. Desse modo, a preocupação deve ser em compreender quais fatores propulsionam o estabelecimento desse tipo de cultura política. Para isso, eles propõem “classificar” e “identificar” o tipo de cultura política em uma sociedade através de dados empíricos acerca das orientações cognitivas, afetivas e avaliativas dos sujeitos políticos.

Aqui, a “cultura política” de um povo seria reconhecida através da identificação de padrões e orientações políticas coletivas. O que não implica numa homogeneidade de pensamento, mas numa diversidade de combinações que podem ser classificadas e permitem mensurar a qualidade de um sistema político para além da sua normatividade, o que exige do

⁷ Almond e Verba aplicaram uma *Survey* em mais de mil cidadãos dos seguintes países: Alemanha, Grã Bretanha, Itália, Estados Unidos e México, considerando as visões dos indivíduos sobre governo e política.

pesquisador conhecimento histórico, econômico e educacional do país em estudo (entre outras variáveis). Os resultados de Almond e Verba nessa obra incentivaram novos trabalhos na área, e, como consequência, críticas, em especial sobre as escolhas metodológicas e das variáveis usadas pelos autores. E essas críticas os levaram à publicação da obra *The civic culture revisited*, em 1980.

Sobre essa publicação, destacam-se três pontos principais. O primeiro diz respeito aos dados empregados para mensurar a cultura política de uma localidade, sob a alegação que quanto mais cívico for o comportamento de uma sociedade, mais “fácil” se caminha em direção a uma democracia. Todavia, entender como a cultura civil é moldada engloba uma quantidade quase infinita de valores e dados. Para Almond e Verba, tal crítica é natural e sempre estará presente, afinal trata-se de uma teoria ampla e, ao promover uma análise comparada entre diferentes sociedades, não há como verificar todas as questões culturais existentes. Ainda mais, os resultados do “*The Civic Culture*” não são um fim em si mesmo, mas uma diretriz de compreensão e um caminho para que novas investigações sejam feitas.

O segundo diz respeito à elaboração das pesquisas realizadas diante da inexistência de especialistas sobre o assunto. Almond e Verba respondem que a formação de especialistas é um processo lento, requer estudos detalhados e densa imersão cultural – que nem sempre é viável. Contudo, isso não inviabiliza o uso da *survey* como instrumento metodológico, uma vez que isso possibilita a sistematização e comparação de variáveis culturais. Além da sua replicabilidade em termos temporais e geográficos que, a longo prazo, pode minimizar a falta de especialistas, inclusive via cooperação internacional. Afinal, essa metodologia permite a sistematização de padrões políticos culturais e a comparação, mesmo não podendo inserir todas as variáveis dentro de uma mesma investigação. O que destaca a importância de novas pesquisas.

No terceiro ponto está a crítica à generalização dos resultados provenientes de uma pesquisa culturalista via métodos quantitativos – ou a chamada falácia individualista. Almond e Verba lembram que o foco da teoria é verificar se as atitudes dos cidadãos condizem com as de um sistema democrático e permitir comparações entre nações/sociedades. O intuito é descrever caminhos e possibilidades, respeitando as particularidades de cada grupo, para uma “possível” explicação sobre a relação entre atitudes “cívicas” e democracias mais consistentes. A finalidade é entender a origem das crenças políticas individuais, em especial as psicológicas, que mais resistem ao tempo, e, assim, gerar explicações sobre o comportamento político de cada sociedade. Ademais, a perspectiva metodológica usada pelos autores não se move do nível individual para o

macropolítico, mas do reconhecimento de padrões culturais coletivos para um nível macro, o que refuta o argumento da falácia individualista. A *survey*, como técnica, permite descrever a distribuição de crenças políticas numa população, sinalizando aquelas favoráveis, ou não, a uma democracia, mas sem supor uma homogeneidade mas via observação de posicionamentos similares.

Em anos mais recentes, o fortalecimento de estudos nesse campo é observado no livro organizado por Dalton e Welzel (2014): *The Civic Culture Transformed: from allegiant to assertive citizens*. De forma geral, tais análises apresentam dados de que a democracia não depende apenas da lealdade dos seus cidadãos, como sugerido por Almond e Verba. É necessário que essa lealdade seja transformada em uma “postura assertiva” ou, em outras palavras, “posicionamento crítico” por parte dos cidadãos para que se aprimore a qualidade da democracia de uma localidade. Não basta ser leal à democracia e participativo (cívico), é preciso que isso seja transformado em algo que vá além do apoio.

Segundo os casos descritos no livro, a criticidade do eleitorado otimiza o processo de democratização, até porque os próprios valores pós-materialistas estudados por Inglehart (1997) precisam ser incluídos e compreendidos ao longo do tempo. Dimensões econômicas e uma educação voltada para a emancipação do indivíduo são pilares fundamentais para que uma democracia floresça, mas não são os únicos determinantes. Além de que, falar de cultura política não implica retirar importância dos aspectos normativos de um sistema, mas considerar a relação das pessoas com suas instituições e regras. Assim, a obra considera os avanços de Inglehart (1997) e amplia esse debate ao introduzir outro valor pós-materialista relevante: o assertivo.

O argumento é que as mudanças na base social de um sistema político devem ocorrer de forma a causar impacto na sua elite política, e não apenas ser compreendido através do apoio e da fidelidade das pessoas ao sistema. Deve-se considerar a interação das pessoas com esse sistema. Assim, na obra é evidenciado o elo entre cultura política leal, assertiva e performance institucional. Uma vez que esses valores, sobretudo o segundo, potencializam uma governança efetiva e maior fiscalização política por parte dos eleitores. Pois, em caso de presença de pessoas ativas e críticas, o governo seria mais responsivo.

Descrita a matriz teórica central que subsidia este estudo, os próximos parágrafos definem os demais conceitos do artigo: voto, eleições, partidos políticos, confiança institucional (corrupção), valores autoritários políticos e participação política/interesse político.

Entende-se o voto como o processo pelo qual o cidadão homologa seu direito de influenciar na escolha dos seus dirigentes políticos. É a materialização do sufrágio, que deve ocorrer de maneira individual, secreta e igualitária entre todos os votantes. Como ocorre no Brasil desde 1988 (MENDONÇA, 2004). Esse processo é materializado via eleição, que, para Sánchez Muñoz (2007), no sentido democrático, é o meio institucional legal pelo qual os eleitores expressam livremente suas preferências e que, após resultados finais, teoricamente transforma-se na vontade estatal. Cabe adicionar que essas consultas eleitorais normativas impactam em, ao menos, 9 pontos: i) produção de governo; ii) orientação de políticas públicas; iii) circulação pacífica de poder político; iv) limitação no tempo de poder político; v) responsabilização vertical das autoridades políticas; vi) legitimação das autoridades políticas; vii) operacionalização da representação; viii) promoção da participação política; e ix) reforço do sentimento de identificação coletiva (Alvim, 2019). Esses são os itens que justificam a importância da variável voto e eleições dentro de um estudo de cultura política, sobretudo o último ponto (ix).

Sobre o conceito de confiança institucional, North (1991) salienta que as instituições políticas têm papel integrador na sociedade, pois são elas que viabilizam a convivência coletiva através da organização de regras e procedimentos na vida pública. Entretanto, para que isso ocorra é necessário que as pessoas sustentem um sentimento minimamente positivo acerca das instituições políticas. Em outras palavras, para ter apoio e, assim, legitimidade, as instituições precisam atender minimamente às expectativas dos cidadãos, caso contrário a insatisfação facilita o cenário de instabilidade política (Booth e Seligson, 2009)⁸. Ou seja, nesse escopo está a relação entre eleitores e partidos políticos. Usando a expressão de Linz e Stepan (1996) da democracia como “*the only game in town*”, a legitimidade do sistema político depende da confiança da população com as partes que compõem esse sistema. O que Diamond (1999) define como a necessidade de associação entre as preferências da população e suporte aos valores democráticos, cenário que promoveria estabilidade e qualidade ao regime. Pois, se os cidadãos não acreditarem minimamente nas estruturas e nos seus representantes políticos, haverá uma tendência ao descumprimento de regras e diretrizes vigentes (SILVA; CAMINHA, 2012).

No caso brasileiro, uma democracia recente, Moisés (2005, 2010), Baquero (2003; 2008) e Moisés e Meneguello (2013) destacam que existe um histórico de baixa confiança institucional em diversos níveis, sobretudo quando se trata de partidos políticos. A

⁸ A relação entre confiança institucional e qualidade democrática ganha respaldo na obra: PUTNAM, R. D. 1997. Comunidade e democracia : a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro : Fundação Getúlio Vargas.

relevância do sentimento em relação aos partidos políticos se deve à estrutura do nosso sistema que desde 1988 os prioriza normativamente e a formação de coligações partidárias para exercer a governabilidade entre executivo e legislativo (LIMONGI; FIGUEIREDO, 1998). Segundo Limongi e Figueiredo (1998), há uma base institucional que promove e protege a criação dessa coalizão, valorizando dinâmicas partidárias, e que ao mesmo tempo restringe a atuação individual dos parlamentares. E tal argumento se estende para a relação dos cidadãos com o processo eleitoral via partidos, pois é por meio dessa estrutura, via voto e eleição, que o político chega ao cargo. Por conseguinte, quando esse grupo parece não dar retorno às necessidades das pessoas, essas tendem a se distanciar do mesmo (SELIGSON, 2002; WOOD; RIBEIRO, 2010; COLEN, 2010).

Aqui, soma-se a percepção das pessoas sobre corrupção na política que, de acordo com Putnam (2006), afeta negativamente o sentimento das pessoas sobre essa esfera. A confiança é observada via conexões, quando existente há expectativa de que as pessoas agirão cooperativamente com as demais esferas e pessoas do seu grupo/sistema. A corrupção ocorre quando o benefício próprio é tomado como primazia, e agentes, públicos ou privados, se movimentam na obtenção de vantagens pessoais, sejam essas financeiras e/ou políticas. Assim, a ausência de confiança política é um fator crítico na cultura política, tendo em vista que, se os indivíduos chegam a ponto de não confiar que o Estado e seus representantes sejam capazes de agir em prol do coletivo de forma justa e eficiente, existe potencial que eles também passem a recorrer a práticas corruptas para resolver seus problemas (POWER; GONZÁLEZ, 2003), ferindo o sistema como um todo.

Outra dimensão negativa está relacionada ao conceito de valores autoritários, que pra o caso brasileiro se faz relevante em detrimento de três aspectos principais: i) da historicidade política autoritária e politicamente excludente do país, passando pela instauração de uma República (15 de novembro de 1889) apoiada por grupos militares e dois momentos militares longos: a Era Vargas (1930 a 1945) e a ditadura militar (1964 a 1985); ii) ser um país economicamente subdesenvolvido, variável que facilita o desejo dos mais pobres por resoluções rápidas para seus problemas materiais, mesmo que através de medidas autoritárias; e iii) a polarização negativa e violenta das últimas duas eleições, como destacado na introdução. Dessa forma, entende-se como manifestações autoritárias todo aquele posicionamento político que caminha em direção contrária à democracia.

Sobre o interesse político, inclui-se toda e qualquer ação voluntária do cidadão que tenha como finalidade consumir ou divulgar assuntos relacionados ao tema, desde conversar ou buscar informações sobre o tema. De acordo com a compreensão de Norris (1999; 2011),

Dalton (1999; 2004) e Klingemann (1999), o interesse político por parte dos cidadãos promove legitimidade ao sistema democrático. Sendo esse interesse uma das variáveis-chaves para que um cidadão se torne politicamente mais crítico ao funcionamento e às normas do sistema em que ele vive. E disso decorre sua proximidade com a variável participação, considerada uma forma de aquisição de informações políticas. Descritos os conceitos base, a próxima seção esclarece pontos fundamentais da situação da cultura política brasileira.

2.1 A Questão Brasileira

Segundo Baquero (2001; 2008, 2003; 2011) e Moisés (2008, 2010), são diversos os fatores histórico-estruturais que influenciam nos padrões de atitudes e comportamentos de desconfiança e desencanto da sociedade brasileira em relação às suas instituições políticas e aos seus políticos. Para eles, esse cenário negativo deriva dos valores que a população possui em detrimento de uma estrutura política incapaz de dar respaldo às necessidades sociais, o que acarreta distanciamento da população em relação à esfera política através da ampliação do sentimento de desconfiança. O que impacta negativamente na qualidade democrática do país. Afinal, o apoio à democracia é resultado da experiência política dos cidadãos que, quando insatisfeitos, tendem a apoiar soluções inconstitucionais, sobretudo em sociedades com um passado autoritário e personalista, como a nossa.

Acerca do autoritarismo brasileiro, o contexto mais relevante para a época atual é a ditadura militar de 1964-1985. Passando por diferentes fases, como descrito por Kinzo (2001), esse período de 26 anos deixou consequências econômicas, políticas e culturais extremamente negativas ao nosso sistema político, em termos institucionais, sociais e de cultura política. Um exemplo, é que ao fim do período ditatorial os militares continuaram com amplo espaço político dentro do governo e no imaginário da população. O modelo econômico implementado durante a ditadura ainda auxilia no positivo "imaginário" popular da ideia de desenvolvimento e progresso, uma vez que grandes obras foram implementadas sob o alicerce da corrupção e endividamento – fatores escondidos pelo governo militar. E soma-se a isso a histórica estrutura política personalista e de ausência de partidos políticos que marca a relação entre eleitores e seus representantes do país.

Como resultado, nossa democracia começa frágil, assim como nossa formação partidária, sem partidos historicamente sólidos e/ou criados a partir de demandas sociais⁹ e com forte viés elitista (Faoro, 2001). Esse último ponto é observado e reforçado em vários momentos da história política do país, como na formação da primeira República instaurada com apoio militar, em 1889 (ABRANCHES, 2022), nas disputas presidenciais restritas do período “café com leite” durante 1889-1930, na ascensão do coronelismo como sistema político (LEAL, 2012); e com o golpe militar de 1964 que impôs um sistema bipartidário e uma política econômica de grandes investimentos através da ampliação da dívida externa do país (KINZO, 2001).

Nossa democracia nasce sob uma frágil proximidade com os eleitores, marcada por uma cultura política de escolhas eleitorais personalistas e presença de visões autoritárias, como destacado por Moisés (2008) e Baquero (2011), situação amarrada às questões econômicas, sociais e de direitos que o país ainda não conseguiu resolver (CARVALHO, 2001).

Outra questão é que, com a obrigatoriedade do voto, que naturalmente amplia a participação eleitoral, mas sem, com isso, necessariamente aprimorar os valores democráticos da população (AVRITZER, 2011). Situação que destaca a necessidade de compreender a efetividade do processo eleitoral numa dimensão mais social. Afinal, a existência de uma sociedade civil ativa é uma pré-condição para que exista um desenho político democrático de fato (AVRITZER, 2011, 2009; AVRITZER; NAVARRO, 2003). A questão é que hoje se observa no Brasil o crescimento de um eleitorado defendendo posições autoritárias e com discursos totalitários, racistas e apartidários, o que agrava a qualidade democrática do país (MIGUEL, 2019). Claro que esse debate envolve múltiplas variáveis, sobretudo quando se considera a definição da “democracia” como “governo do povo”, pois é ele quem escolhe quem irá governar. E, por isso, os valores subjetivos desse grupo a respeito do sistema e suas partes são cruciais para realizar um diagnóstico da situação democrática de uma localidade.

Aqui cabe lembrar que o processo de construção da cidadania brasileira sempre foi tortuoso ou, como afirma Carvalho (2002), materializada de forma invertida e, até mesmo, confusa. Concordando com Marshall (1967), para quem a base da construção da cidadania decorre da implementação de direitos civis, seguida dos direitos políticos e, por fim, dos

⁹ Mais informação sobre em: Santana, Marco Aurélio. Partidos e trabalhadores na transição democrática: a luta pela hegemonia na esquerda brasileira. Dados [online]. 2012, v. 55, n. 3, pp. 787-826. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0011-52582012000300007>>.

direitos sociais, Carvalho (2002) observa que ocorreu no Brasil não só a inversão dessa sequência, mas uma falha no desenvolvimento dos direitos civis, o que fortalece para dias atuais a existência de uma democracia inacabada e baseada em valores difusos, quando não até mesmo contrários ao sistema democrático. E o resultado desse processo está nas análises de Jairo Nicolau na obra “O Brasil dobrou a direita” (2020). Empregando dados de diferentes pesquisas de opinião, Nicolau esclarece que os valores políticos individuais dos cidadãos é parte do problema da nossa democracia “incompleta”. O resultado do pleito de 2018, com a ascensão de um presidente e diversos governadores de viés autoritário, não diz respeito apenas a um posicionamento político de “esquerda” ou “direita”, mas de disputa pela predominância de valores morais. Considerando isso, a eleição de Jair Bolsonaro como presidente não foi uma surpresa, mas os números e os valores por trás de sua votação espantam ao deixar tão visível o individualismo, o autoritarismo e o preconceito do cidadão brasileiro.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 O cenário da cultura política Brasileira em anos recentes: o que dizem os dados

Como explicitado, os dados dessa seção derivam da última onda do WVS, realizada entre os anos 2017 e 2018 no Brasil e a disposição das informações segue o esquema teórico apresentado. Assim, para responder a nossas perguntas de pesquisa, as primeiras informações dizem respeito ao comparecimento eleitoral dos respondentes em eleições para cargos locais, estaduais ou federais.

Tabela 1 – Voto em eleições: Nível local e nacional (%)

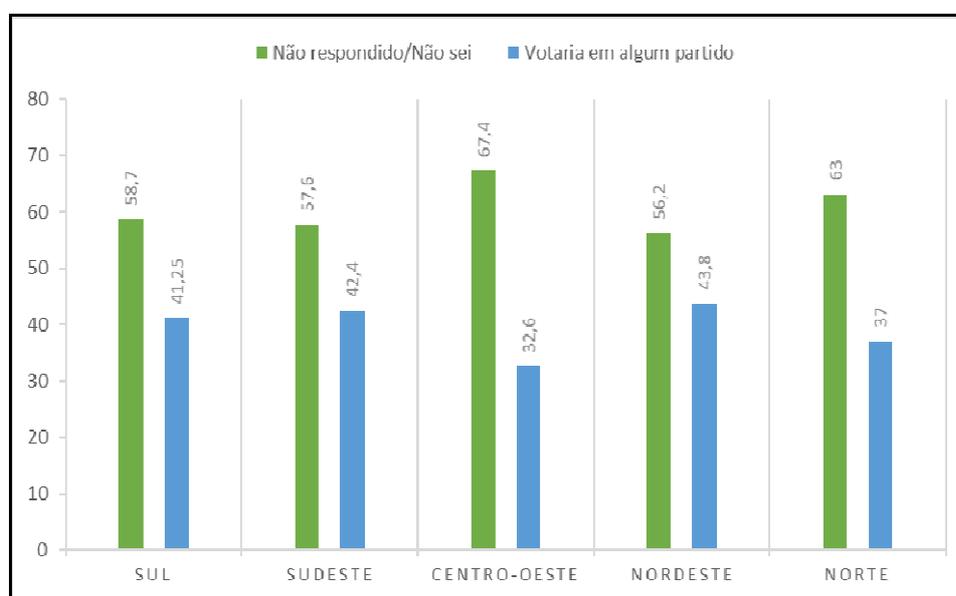
	Sul		Sudeste		Centro-Oeste		Nordeste		Norte	
	Local	Nacional	Local	Nacional	Local	Nacional	Local	Nacional	Local	Nacional
Sempre	72,3	73,1	69,7	69,4	79,7	81,1	84,1	83,9	79,5	79,2
Frequentemente	16,8	15,5	15,6	14,3	12,5	11,8	9,1	8,8	10,3	10,4
Nunca	11,0	11,3	14,6	16,4	7,8	7,1	6,8	7,3	10,3	10,4
Total (n)	322	322	766	766	132	132	461	461	81	81

Fonte: WVS, 7ª onda.

De ordem avaliativa, essa questão descreve que a maioria dos respondentes sempre votam em eleições, independentemente do tipo de cargo em questão. Dentre as regiões, o

cenário mais positivo está no Nordeste e no Centro-Oeste, onde praticamente 90% dos entrevistados sempre, ou frequentemente, votam. Num cenário levemente menos positivo, estão os eleitores do Norte e, por fim, os dados mais baixos estão no Sudeste e no Sul. Cabe destacar que, no Brasil, o voto obrigatório¹⁰ foi instituído durante o regime militar, em 1965, e sua universalização ocorreu com a Constituição Federal de 1988, fatores que potencializam o massivo comparecimento às urnas. Considerando que a compreensão da qualidade do “voto” precisa ir além, a próxima questão visa identificar “como” o eleitor cumpre tal tarefa. Considerando que o Brasil atual possui um sistema político normativo que incentiva o partidarismo, os próximos dados são sobre a preferência partidária dos eleitores¹¹.

Gráfico 2 – Preferência Partidária(%)



Fonte: WVS, 7ª onda.

Observa-se que a maioria dos eleitores não possui preferência partidária, o que decorre da formação histórico-política do país, de intenso personalismo, clientelismo, mandonismo, patrimonialismo e de uma política familista/elitista (Faoro, 2001; Leal, 2012). E os dados parecem não que indicam mudança, mas que o cidadão brasileiro se mantém na lógica em que a “política” é uma estrutura de troca de valores. Sendo assim, um obstáculo ao sistema eleitoral vigente. De ordem afetiva, a questão busca alcançar o nível de preferência partidária dos entrevistados. Quando perguntado se votaria nos partidos

¹⁰ Segundo a lei 4.737 de 15 de Julho de 1965, a falta não justificada acarretará multa de 3 (três) a 10 (dez) por cento sobre o salário-mínimo.

¹¹ Aqui as opções foram reclassificadas para "Não respondido/Não sei" e "Votaria em algum partido", quando o entrevistado indicou algum partido.

listados¹², a porcentagem de entrevistados que não souberam ou não responderam à questão é alarmante. O nível mais alto está na região Centro-Oeste (67,4%), seguida pela Norte (63%). As regiões Sul, Sudeste e Nordeste têm percentuais próximos, enquanto a maior adesão partidária está no Nordeste (43,8%). Para afunilar a análise, foi considerada a relação ativa dos entrevistados em partidos políticos, através de algum tipo de filiação partidária dos mesmos, cujos resultados mostram um viés extremamente negativo: mais de 90% dos cidadãos de todas as regiões afirmam não ter filiação (ativa ou inativa). O percentual mais baixo foi encontrado na região Norte (92,6%), e o mais alto no Nordeste (97,1%), o que reforça a existência de personalismo e a fraca conexão dos partidos com a população. Na sequência, analisa-se a existência de confiança institucional dos eleitores.

Tabela 2 – Desconfiança na(s) Instituições (%)¹³

	Sul	Sudeste	Centro-Oeste	Nordeste	Norte
Forças armadas	13,0	18,8	15,3	15,3	22,2
Polícia	18,3	23,4	16,3	19,2	31,3
Partidos Políticos	74,1	63,8	73,8	69,2	65,4
Eleições	53,5	50,8	61,5	50,8	43,2
Governo federal	59,0	50,9	59,2	59,1	45,7
Congresso Nacional (Câmara e Senado)	65,5	60,2	67,2	64,6	57,5
Judiciário	27,9	24,2	20,6	21,4	25,3
Total (n)	322	766	132	461	81

Fonte: WVS, 7ª onda.

De ordem afetiva, os dados expressam a desconfiança do eleitorado sob sete instituições e do processo eleitoral. Aqui, as Forças Armadas é aquela com menor nível de desconfiança em todas as regiões, em especial no Sul (13,0%) e com a maior confiança na região Norte (22,2%). Para a polícia, o nível mais alto de desconfiança está na região Norte (31,3%) e o menor nível na região Centro-Oeste (16,3%). Os Partidos Políticos são a instituição que apresenta o nível de desconfiança mais elevado em todas as regiões, sobretudo na região Sul (74,1%), e o menor na região Norte (65,4%). Já as eleições apresentam níveis de desconfiança variáveis entre as regiões, com o maior nível na região Centro-Oeste (61,5%) e o menor na região Norte (43,2%). Em termos de órgãos institucionais, está a avaliação em relação ao Governo Federal, cujo nível de desconfiança é alto em todas as regiões, sobretudo no Centro-Oeste (59,2%), enquanto o menor nível está na região Norte (45,7%). O Congresso Nacional (Câmara e Senado) também apresenta um alto nível de desconfiança em todas as regiões, sendo a região Sul com o maior índice de

¹² PMDB, PT, PSDB, PP, PDT, PSC, PODEMOS, PSOL, PCdoB Rede Sustentabilidade ou em Outro

¹³ Optamos por destacar a opção de resposta “não confia”.

desconfiança (65,5%) e o menor índice na região Norte (57,5%). O Judiciário apresenta cenário próximo, com níveis de desconfiança relativamente baixos em todas as regiões, sendo o maior no (27,9%) e o menor no Centro-Oeste (20,6%).

É observável que, de maneira geral, as Forças Armadas são a instituição com menor índice de desconfiança no Brasil, enquanto o Governo Federal, os Partidos Políticos e o Congresso Nacional (Câmara e Senado) são as mais desacreditadas. Já a Polícia e o Judiciário apresentam níveis de desconfiança relativamente baixos em todas as regiões, embora com variações regionais. As Eleições também apresentam variações regionais, mas em geral são menos desacreditadas que o Governo Federal. Para refinar a desconfiança institucional, o próximo indicador é a percepção de existência de corrupção no país por parte dos eleitores.

Tabela 3 – Percepção de corrupção no país (%)

	Sul	Sudeste	Centro-Oeste	Nordeste	Norte
Não existe corrupção no Brasil	0,6	1	1,5	,9	1,3
Existe alguma corrupção no Brasil	7,6	15,8	7,7	6,8	2,5
Existe muita corrupção no Brasil	91,8	83,2	90,8	92,3	96,2
Total (n)	322	766	132	461	81

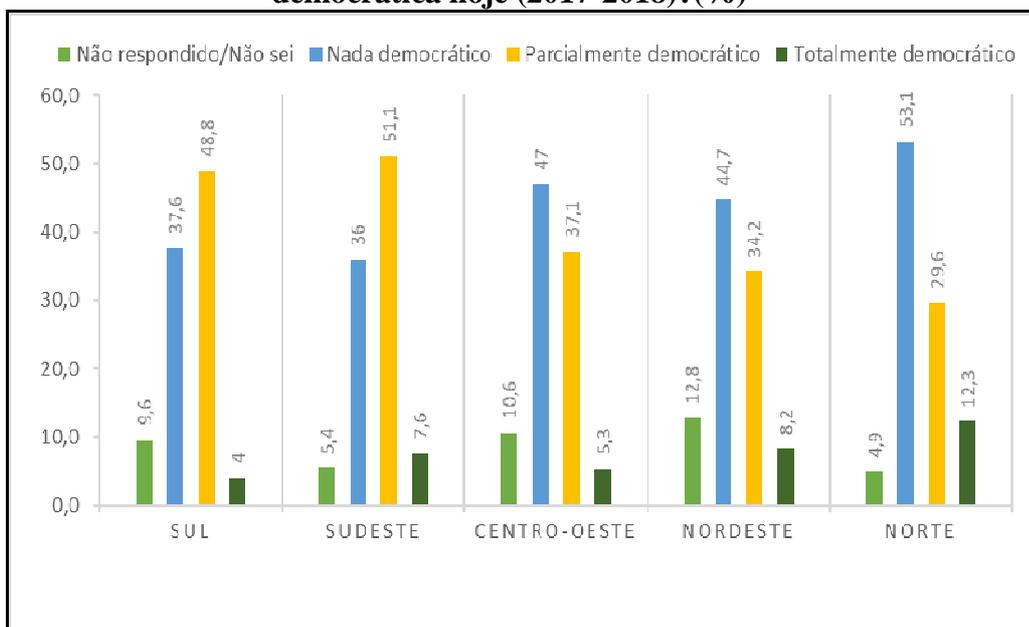
Fonte: WVS, 7ª onda.

De ordem avaliativa, essa questão teve suas respostas classificadas da seguinte forma: i) “existe muita corrupção no Brasil”, ii) “existe alguma corrupção, iii) “não existe corrupção no Brasil”¹⁴. Observa-se que o percentual dos entrevistados afirmando que não existe corrupção ou que existe alguma corrupção no Brasil tem um valor muito baixo, pois mais de 90% da população (exceto pela região Sudeste, 83,2%) afirmou que existe muita corrupção no país. O que corrobora e justifica parte das informações anteriores sobre o alto grau de desconfiança das pessoas em diversas instituições avaliadas, principalmente no que diz respeito ao Governo Federal, aos Partidos Políticos e Congresso Nacional (Câmara e Senado). Situação que não causa espanto quando considerada a história política do país, permeada de casos de desvio e apropriação de recursos públicos por parte dos seus dirigentes políticos.

¹⁴ A pergunta pediu que as pessoas classificassem sua opinião sobre corrupção no Brasil em uma escala de 1 a 10. Para simplificar a análise dos dados, as respostas foram agrupadas em três categorias: "não existe corrupção no Brasil" (1 e 2), "existe alguma corrupção no Brasil" (3 à 8) e "existe muita corrupção no Brasil" (9 e 10).

Finalizadas as questões acerca da confiança institucional (corrupção), os próximos dados dizem respeito à avaliação dos eleitores acerca do sistema político democrático existente no país.

Gráfico 3 – Em que medida o Brasil está sendo governado de maneira democrática hoje (2017-2018)?(%)¹⁵



Fonte: WVS, 7ª onda.

Entre 2018 e 2022, o Brasil foi governado por um presidente ideologicamente dentro de um escopo autoritário e de direita. A relevância dessa questão diz respeito ao contexto avaliativo nesse momento político, uma vez que o Brasil nunca deixou de ser uma democracia, embora o governo em questão tenha trabalhado para fragilizar o sistema. Isso posto, o gráfico 3 esclarece que a porcentagem de entrevistados que acreditam que o Brasil está sendo governado democraticamente é mais negativa na região Norte, (53,1%). Esse valor só diminui significativamente para as regiões Sul (37,5%) e Sudeste (36%), quando considerada a margem de erro de 5%. Lembrando que essas são as localidades que mais apoiavam o presidente eleito em 2018.

Sobre a opção “Totalmente democrático”, essa é bastante baixa, atingindo seu ápice na região Norte (12,3%). Já a porcentagem de pessoas que não responderam ou não sabiam avaliar foi relativamente baixa em todas as regiões, sendo a Nordeste aquela com a de maior índice (12,8%), e Norte a menor (4,9%). Em termos positivos, os totalmente ou parcialmente

¹⁵ O entrevistado poderia dar uma resposta em uma escala de 1 a 10, onde 1 representa “Nada democrático” e 10 representa “Totalmente democrático”. Para simplificar a análise dos dados, as respostas foram reclassificadas em apenas três categorias: Nada democrático (respostas 1 e 2), Parcialmente democrático (respostas 3 a 8) e Totalmente democrático (respostas 9 e 10).

satisfeitos estão, respectivamente, nas regiões Sudeste, Sul, Nordeste, Centro-Oeste e Norte. É essencial salientar que durante as eleições de 2022 as regiões Sul e Sudeste foram as que mais apoiaram o candidato Jair Bolsonaro à reeleição. Enquanto isso, a região Nordeste foi a que se manteve mais contrária ao mandatário. Para complementar, a próxima tabela apresenta a satisfação dos entrevistados quanto à performance do seu sistema político.

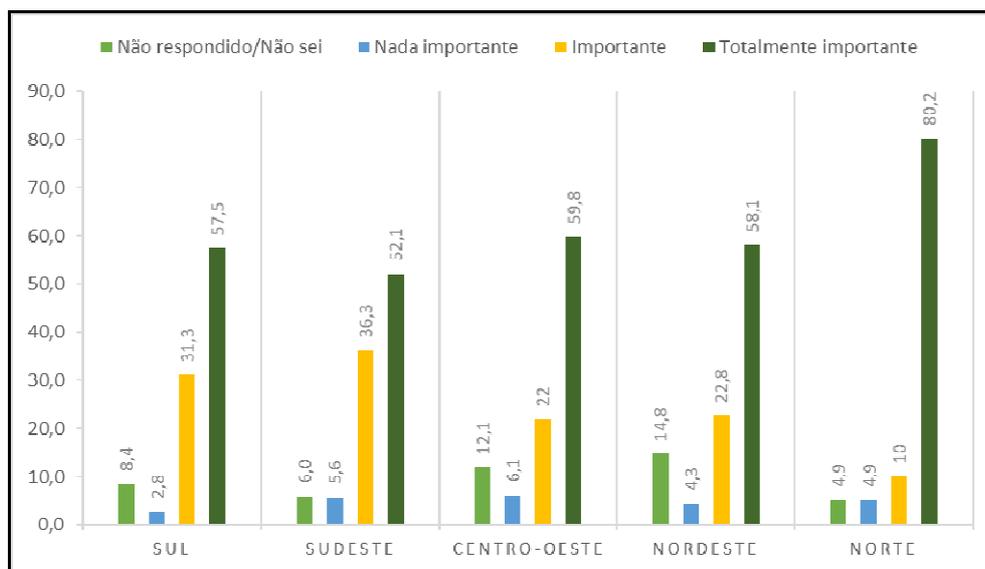
Tabela 4 – Satisfação com a performance do sistema político (%)¹⁶

	Sul	Sudeste	Centro-Oeste	Nordeste	Norte
Completamente insatisfeito	65,1	61,9	70,1	69,4	78,2
Parcialmente satisfeito	33	34,3	25,1	26,2	18
Completamente satisfeito	1,9	3,7	4,7	4,5	3,8
Total (n)	322	766	132	461	81

Fonte: WVS, 7ª onda.

De caráter afetivo, a tabela mostra que, independentemente da região, os entrevistados estão, em sua maioria, completamente insatisfeitos com o sistema político vigente, sendo o nível mais elevado na região Norte (78,2%) e o mais baixo na região Sudeste (61,9%). Esses dados sugerem que os entrevistados estão insatisfeitos com a sua democracia, que a mesma é corrupta e sua performance é insatisfatória. O Brasil pode estar classificado como uma democracia e os cidadãos podem acreditar que o sistema esteja em voga no momento, mas dificilmente estão satisfeitos com a maneira como a política está sendo conduzida no país. Inclusive, a situação é bastante dúbia em várias regiões, demonstrando que há uma certa descontinuidade na avaliação das pessoas sobre o sistema em questão. Na sequência está o grau de importância que os respondentes concebem acerca de viver em um país democrático.

¹⁶ Na pergunta usada para criar a tabela 5, as pessoas deveriam avaliar o sistema político brasileiro numa escala de 1 a 10. Mas, para facilitar a interpretação dos dados, as respostas foram divididas em três categorias: completamente insatisfeito (1 e 2), parcialmente satisfeito (3 a 8) e completamente satisfeito (9 e 10).

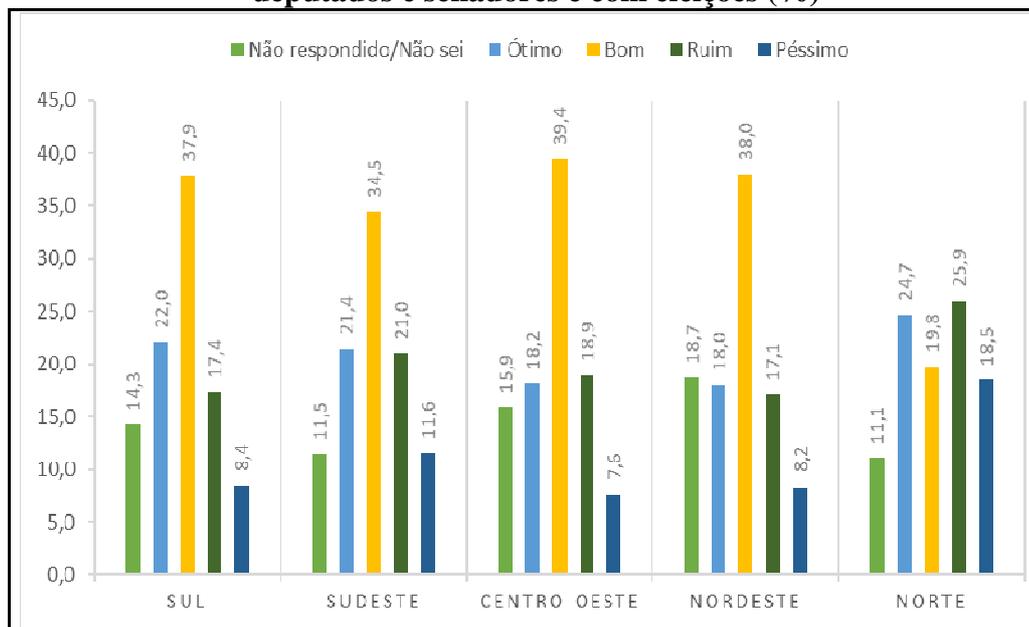
Gráfico 4 – Importância de viver numa democracia (%)¹⁷

Fonte: WVS, 7ª onda.

De viés avaliativo, essa pergunta esclarece que a maioria dos entrevistados acham que viver numa democracia é algo totalmente importante, sobretudo na região Norte (80,2%). O cenário mais negativo está no sudeste e no sul, o que caracteriza o eleitorado brasileiro como favorável à democracia. Todavia, para que essa informação seja substancial, é necessário observar a existência de valores autoritários entre os respondentes. Logo, a próxima informação identifica o tipo de resolução que os respondentes aceitam quando a questão é sobre problemas econômicos, sociais e políticos, o que indica redução da qualidade democrática de um sistema. Assim, o próximo gráfico apresenta a aceitabilidade das pessoas em possuir um líder despreocupado com deputados, senadores e eleitores.

¹⁷ O entrevistado poderia dar uma resposta em uma escala de 1 a 10. Para simplificar a análise dos dados, as respostas foram reclassificadas em apenas três categorias: Nada importante (respostas 1 e 2), Importante (respostas 3 a 8) e Totalmente importante (respostas 9 e 10).

Gráfico 5 - Sistemas políticos: Ter um líder forte que não precise se preocupar com deputados e senadores e com eleições (%)

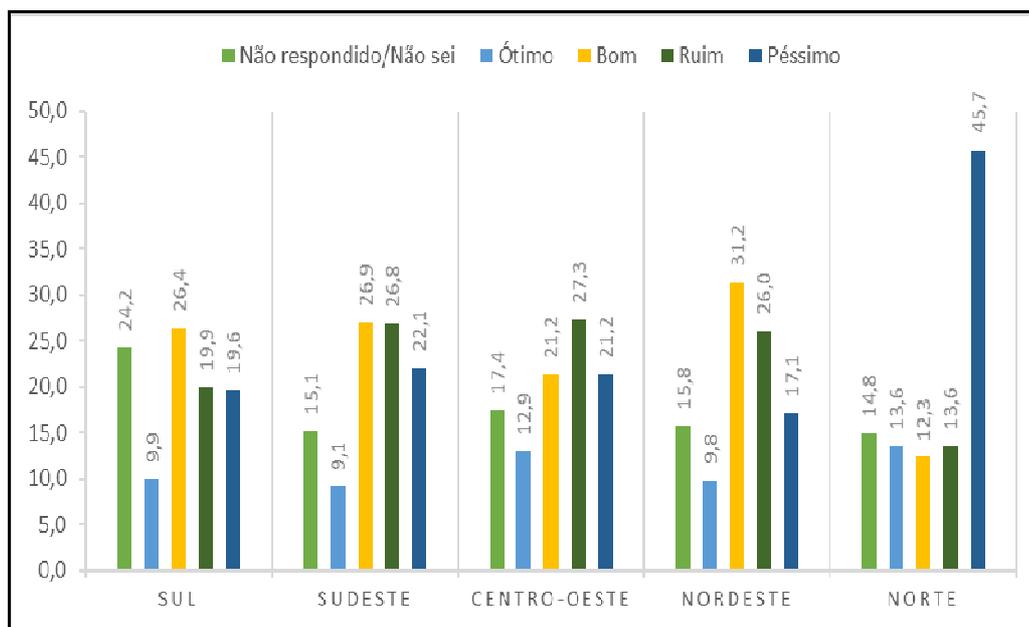


Fonte: WVS, 7ª onda.

Também de orientação avaliativa, essa questão indica que a maioria dos entrevistados da região do Centro-Oeste acham bom ou ótimo ter um líder forte que não precise se preocupar com deputados e senadores e com eleições, seguido respectivamente pelo Nordeste, Sul e Sudeste. A única exceção é a região Norte, onde a soma entre ótimo e bom e o total da soma entre ruim e péssimo estão praticamente empatados, separados apenas por um décimo (44,5% e 44,4%, respectivamente). Além disso, a maioria dos entrevistados (25,9%) na região consideram ruim, condição que destoa das demais regiões. Desse modo, os dados relatam uma população politicamente dúbia, inclinada a apoiar um sistema democrático, mas com inclinação para valores contrários à democracia, situação um pouco menor negativa na região Norte.

Ainda sobre valores autoritários, o próximo gráfico discorre sobre a existência de apoio a um governo militar. Vale evidenciar que o Brasil vivenciou diversos momentos políticos autoritários, sendo o mais marcante para o contexto atual o de 1964 a 1985, quando o país passou por um processo de desenvolvimento conduzido via endividamento do estado, elevado nível de repressão social e censura.

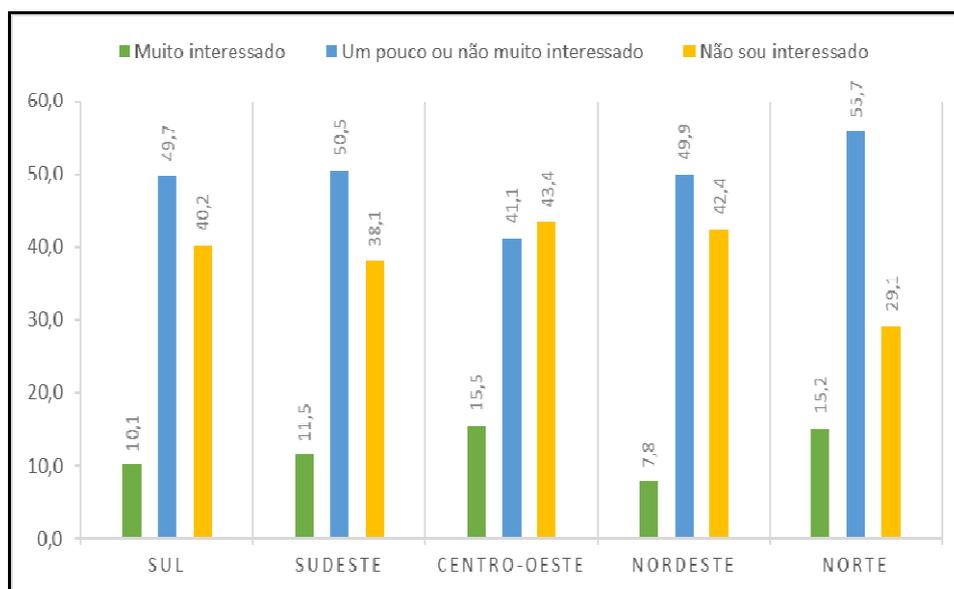
Gráfico 6 – Apoiaria um governo militar (%)



Fonte: WVS, 7ª onda.

De ordem avaliativa, a questão acima indica quando somadas as opções “ótimo” e “bom” uma inclinação positiva em relação a ter um governo militar, com exceção da região Norte. O apoio mais elevado está na região Nordeste (41%), e a menor representação na região Norte (25,9%). Em relação às pessoas que não responderam ou não souberam responder, cabe o destaque para a região Sul, que apresentou a taxa mais elevada nesse quesito (24,2%). Aqui, vale ressaltar que a porcentagem de entrevistados que não respondeu ou não soube responder à questão é grave. De acordo com Moisés (2008), o mais preocupante dentro da cultura política Brasileira não são as pessoas que se posicionam de um lado ou de outro do espectro político, mas aquelas que se encontram numa situação ambivalente. Segundo os dados do autor, mesmo sem saber definir sua posição política, tais pessoas, considerando o nosso passado político, possuem uma predisposição para apoiar decisões autoritárias quando confrontados a se posicionar. O próximo gráfico é acerca do interesse político dos respondentes.

Gráfico 7 – Interesse em política (%)



Fonte: WVS, 7ª onda.

Observa-se que, em conjunto com os dados anteriores – que demonstram alto grau de insatisfação política por parte dos entrevistados, desconfiança institucional e alto nível de corrupção – a orientação avaliativa do interesse por política pode ser considerado baixo. Isso ocorre pelo fato do “não interesse” por política ter uma taxa que atinge no mínimo 30% dos entrevistados, quando positivo. Com exceção da região Norte, essa dimensão negativa é superior aos 38% em todas as demais regiões. Infelizmente, o banco de dados não permite analisar a qualidade ou de onde vinham essas informações políticas. Contudo, o agravante dessas informações decorre da facilidade de acesso às informações erradas ou “*fakes*” que diariamente são disseminadas para a população. Considerando isso, e os dados observados até então, pode-se dizer que o Brasil tem mais um obstáculo a superar no que diz respeito à implementação de uma democracia de qualidade. Assim, em continuidade, adiciona-se à frequência que os indivíduos dizem acessar informações sobre política.

Tabela 5 – Meios de comunicação utilizados para se informar diariamente e semanalmente (%)¹⁸

	Sul	Sudeste	Centro-Oeste	Nordeste	Norte
Jornal diário	33,5	33	42,4	33,6	64,2
Jornais de TV	80,4	77,8	86,4	84,6	86,4
Jornais de Rádio	43,2	33,4	47	44	44,4
Celular	64	66,1	67,4	65,7	61,7
Internet	64,3	65,8	62,9	48,2	69,1
Redes sociais	62,7	61,1	59,1	42,5	56,8
Conversas com amigos ou colegas	71,1	69,3	69,7	79,8	67,9
Total (n)	322	766	132	461	81

Fonte: WVS, 7^a onda.

Segundo a tabela e também de ordem avaliativa, os entrevistados, em sua grande maioria, se informam diariamente ou semanalmente, principalmente pelos jornais de TV, que superam a marca de 80% em quase todas as regiões, com exceção da região Sudeste (77,8%). O índice de informação diária ou semanalmente por meio de conversas com amigos ou colegas também é elevado em todas as regiões do Brasil, tendo a região Nordeste a porcentagem mais alta (79,8%). A internet e as redes sociais são fontes de informação amplamente utilizadas em todas as regiões. Em se tratando da internet, a menor porcentagem é encontrada no Nordeste (48,2%) e a maior na região Norte (69,1%). Quanto às redes sociais, o menor índice está no Nordeste (42,5%) e o maior na região Sul (62,7%). Como anteriormente afirmado, o excesso de notícias errôneas ou intencionalmente fabricadas para enganar as pessoas é um problema que se amplia ano após ano. Essa questão apenas indica que os brasileiros buscam informações sobre o assunto e predomina o consumo via televisão. Numa análise avaliativa do interesse político, a próxima tabela diz respeito à atuação desses leitores em diversas frentes políticas.

¹⁸ As questões 201, 202, 203, 204, 206, 207 e 208 dizem respeito à fonte de informação, para a confecção da tabela 16 foram somadas as opções diariamente e semanalmente.

Tabela 6 – Atuação política: já fiz (%)¹⁹

	Sul	Sudeste	Centro-Oeste	Nordeste	Norte
Assinar um abaixo-assinado	54,7	44,1	48,5	44,0	7,4
Participar de boicotes	5,0	6,8	6,8	6,3	7,4
Participar de manifestações pacíficas	23,0	19,2	24,2	20,6	25,9
Participar de greves	20,2	18,1	17,4	17,6	19,8
Doação para um grupo ou campanha	50,0	36,7	34,1	31,2	29,6
Incentivar outros a participarem de ações sobre questões políticas	9,9	10,8	16,7	13,0	16,0
Incentivar outros a votarem	23,0	19,2	31,1	31,1	32,1
Total	322	766	132	461	81

Fonte: WVS, 7ª onda.

O objetivo foi analisar a proporção de pessoas que se envolveram em diferentes formas de participação política em cada região. De forma geral, a adesão mais significativa ocorre quando se trata de assinatura de abaixo-assinados, com uma porcentagem acima de 40% nas regiões Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste. A região Sul apresenta o maior índice (54,7%), enquanto a região Nordeste tem uma porcentagem consideravelmente menor (7,4%). Em relação aos outros tipos de participação mencionados na tabela, nenhuma região atinge uma porcentagem acima de 50%, o que mostra um índice baixo de participação política. A região Sul registra a maior porcentagem (50%) quando se trata de doações para campanhas políticas, e o menor valor também é observado na região Sul (5%), com a população respondente declarando participação em boicotes.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não há dúvidas de que os trabalhos de Almond e Verba trouxeram à ciência política forma mais profícua de manutenção e implementação de sistemas democráticos. Dentro disso está a metodologia que emprega a técnica *survey* como seu principal instrumento para coleta de dados. E isso é observado, em âmbito acadêmico, nas diversas *surveys* que hoje são conduzidas ao redor do mundo, sendo aquela produzida por Ronald Inglehart, WVS, uma das mais completas e estruturadas. E foi usando os dados de 2017-2018 dessa pesquisa que este estudo se estruturou para compreender as seguintes variáveis no Brasil: voto, eleições, partidos políticos, confiança institucional (corrupção), valores autoritários políticos e participação política/interesse político. A finalidade foi entender o tipo de eleitorado dentro do país e identificar os principais obstáculos da democracia brasileira, todavia sem criar um generalismo falho.

¹⁹ As questões 209, 210, 211, 212, 213, 215 e 216 dizem respeito à participação política e ativismo social e foram convertidas na tabela 17, considerando a opção “não faria nunca” de cada questão.

E aqui cabe destacar o debate recentemente de Pinto (2022) sobre “quando o voto desafia a democracia”. Pois falar sobre voto diz respeito a uma variável institucional prioritária dentro de um sistema democrático. Todavia, quando o voto é formado e materializado através de valores de uma cultura política não democrática, em que prevalece a baixa credibilidade nas instituições (incluindo os partidos) e uma dimensão autoritária para resolução de problemas sociais, econômicos e políticos esse acaba também por desafiar a própria manutenção da democracia. O que retoma a ideia, clássica, de O'donnell (1998) em que a democracia necessita de cidadãos responsivos, com ações e valores de defesa ao regime. E o que os dados verificados indicam é que o país ainda precisa superar diversos obstáculos políticos. O eleitorado brasileiro ainda é ambíguo em muitos fatores, está deveras distante dos partidos políticos, pouco participativo politicamente e possui uma alta descrença no sistema e suas partes. Embora os dados não permitam observar a existência de um personalismo político, a história política do país permite caminhar nessa direção explicativa.

Em termos comparados, a região Norte, por exemplo, difere das outras em vários aspectos. Apesar de apresentar uma porcentagem elevada de desconfiança das instituições públicas como as demais regiões, quando o assunto é desconfiança nas forças armadas e na polícia, a região destoa das demais (22,2% e 31,3% respectivamente). Quando perguntado em que medida o Brasil está sendo governado de maneira democrática hoje (2017-2018)? a maioria dos entrevistados da região Norte escolheram a opção nada democrática (53,1%). Sobre a performance do sistema político, a

escolheram a opção completamente insatisfeito (78,2%). Quando questionados acerca de viver em um país que é governado de maneira democrática, a maioria dos entrevistados da região Norte afirmaram como sendo totalmente importante (80,2%), sendo que a segunda região que mais obteve essa opção assinalada, Centro-oeste, (59,8%). Quando perguntado sobre ter um líder forte que não precise se preocupar com deputados e senadores e com eleições, a região Norte foi a única dentre as cinco regiões que teve a maioria de entrevistados assinalando a opção ruim (25,9 %), as demais tiveram a maioria dos entrevistados afirmando ser bom. Sobre o apoio a um possível governo militar, a região norte também destoa das demais regiões tendo a maioria dos entrevistados achando péssimo (45,7%).

O que se observa é que, de maneira geral, a situação não é positiva, e ainda estamos longe de possuir aquilo que Almond e Verba definiram como “cultura cívica”. Até porque a atuação propriamente cívica dos sujeitos é extremamente baixa, seja através da ação em

atividades políticas. Assim, termina-se enfatizando que a proposta foi entender que tipo de voto existe no interior do país, mostrando que o Brasil não é homogêneo e que muitos estudos ainda precisam ser feitos em termos de cultura política. Em outros termos, significa dizer que essa pesquisa é apenas o primeiro passo para uma sequência de estudos que avalia a cultura política do brasileiro ao longo dos seus diferentes processos políticos institucionais, sendo esse estudo uma parte de um processo muito mais amplo. E como Almond e Verba (1989), é necessário sempre de continuidade, pois valores políticos são geracionais e sua compreensão é deveras ampla, precisando sempre agregar novas variáveis.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, S. As vias tortuosas da democracia e a crise da representação no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n. 134, p. 59-74, jul./ago./set. 2022.

ALMOND, G. A.; VERBA, S. **The Civic Culture**: political attitudes and democracy in five nations. Princeton: Princeton University Press, 1963. 526 p.

ALMOND, G. A.; VERBA, S. **The Civic Culture Revisited**: An Analytic Study. Boston: Little, Brown, 1980. 421 p.

ALVIM, F. F. **Abuso de poder nas competições eleitorais**. Curitiba: Juruá Editora, 2019. 408 p.

AVRITZER, L. A qualidade da democracia e a questão da efetividade da participação: mapeando o debate. In: ROBERTO, R. C. P. (Org.). **Efetividade das instituições participativas no Brasil**: estratégias de avaliação. Brasília: Ipea, 2011. p. 13 - 22.

AVRITZER, L. **Participatory institutions in democratic Brazil**. Washington: Wilson Press/Johns Hopkins University Press, 2009. 224 p.

AVRITZER, L. O Orçamento Participativo e a teoria democrática: um balanço crítico. In: AVRITZER, L.; NAVARRO, Z. (Org.). **A Inovação Democrática no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2003. p. 13-60.

BAQUERO, M. Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, nº 21, p. 83-108, nov. 2003.

BAQUERO, M. Democracia formal, cultura política informal e capital social no Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, v. 14, nº 2, p. 380-413, nov. 2008.

BAQUERO, M. Cultura política participativa e desconsolidação democrática: reflexões sobre o Brasil contemporâneo. **São Paulo em perspectiva**. São Paulo, v. 15, nº. 4, p. 98-104, out./dez. 2001.

BAQUERO, M. *et al.* (Des)confiança nas instituições e partidos políticos na constituição de uma democracia inercial no Brasil: o caso das eleições de 2014. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 15, n. 32, p. 9-37, jan./abr. 2016.

BAQUERO, M.; LINHARES, F. B. Por que os brasileiros não confiam nos partidos? Bases para compreender a cultura política (anti)partidária e possíveis saídas. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 5, n. 1, p. 89-114, jan./jun. 2011.

BOOTH, J.; SELIGSON, M. **The legitimacy puzzle in Latin America**: political support and democracy in eight nations. Cambridge: Cambridge University Press, 2009. 379 p.

CARVALHO, J. M. de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. 226 p.

DALTON, R. Political Support in Advanced Industrial Democracies. In: NORRIS, P. (ed.), **Critical Citizens**: global support for democratic government. Oxford: Oxford University Press, 1999. p. 57-77.

DIAMOND, L. **Developing democracy**: Towards consolidation. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1999. 384 p.

DALTON, R. J.; WELZEL, C. Political culture and value change. In: DALTON, R. J.; WELZEL, C. **The civic culture transformed**: from allegiant to assertive citizens. New York: Cambridge University Press, 2014. p. 1-16.

DIAMOND, L. **Developing Democracy**: Toward Consolidation. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1999. 384p.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder**: formação do patronato político brasileiro. 3. ed. São Paulo: Globo, 2001. 913 p.

INGLEHART, R. **Modernization and Postmodernization**: Cultural, Economic, and Political Change in 43 Societies. Princeton: Princeton University Press, 1997. 464 p.

KINZO, M. D. G. A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 4, p. 3-12, dez. 2001.

KUSCHNIR, K.; CARNEIRO, L. P. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 24, p. 227-250, jul. 1999.

LEAL, V. N. **Coronelismo, Enxada e Voto**: o município e o regime representativo no Brasil. 7. ed., São Paulo: Cia das Letras, 2012. 368 p.

LIMONGI, F.; FIGUEIREDO, A. Bases institucionais do presidencialismo de coalizão. **Lua Nova: Revista De Cultura E Política**, São Paulo, v. 44, n. 44, p. 81–106, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n44/a05n44.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2022.

LINZ, J. J.; STEPHAN, A. **Problems of Democratic Transition and Consolidation: Southern Europe, South America, and Post-Communist Europe**. Baltimore e London: The Johns Hopkins University Press, 1996. 504 p.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967. 220 p.

MENDONÇA, V. S. **Voto livre e espontâneo: exercício da cidadania política consciente**. Florianópolis: OAB/SC Editora, 2004. 173 p.

MIGUEL, L. F. **O Colapso da Democracia no Brasil: da constituição ao golpe de 2016**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, Expressão Popular, 2019. 216 p.

MOISÉS, J. Á. A desconfiança nas instituições democráticas. **Opinião Pública**. Campinas, v. XI, n. 1, p. 33-63, mar. 2005.

MOISÉS, J. Á.; MENEGUELLO, R. (Org.). **A Desconfiança política e os seus impactos na qualidade da democracia**. São Paulo: Edusp - Editora da Universidade de São Paulo, 2013. 392 p.

MOISÉS, J. Á. Cultura política, instituições e democracia: lições da experiência brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 23, n. 66, p. 11-44, fev. 2008.

MORLINO, L. Qualidades da democracia: como analisá-las. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 18, n. 2, p. 177-194, jul./dez. 2015.

MOUFFE, C. **Sobre o Político**. 1. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2015. 160 p.

NICOLAU, J. **O Brasil dobrou à direita: uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. 144 p.

NORRIS, P. **Critical citizens: global support for democratic governance**. New York: Oxford University Press, 1999. 320 p.

NORRIS, P. **Democratic Deficit: critical citizens revisited**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011. 334 p.

NORTH, D. C. Institutions. **Journal of Economic Perspectives**, vol. 5, nº 1, p. 97-112, 1991.
O'DONNELL, G. Accountability horizontal e as novas poliarquias. **Revista Lua Nova**, São Paulo, n. 44. p. 27-54, ago. 1998.

PERES, P. S. Comportamento ou Instituições? A evolução histórica do neo-institucionalismo da ciência política. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 23, n. 68, p. 53-71, out. 2008.

POWER, T. J.; GONZÁLEZ, J. Cultura política, capital social e percepções sobre corrupção: uma investigação quantitativa em nível mundial. **Revista de Sociologia e Política**, n. 21, p. 51-99, nov. 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782003000200005>. Acesso em: 24/05/2023.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália Moderna. 5. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2014. 302 p.

PINTO, S. C. S. Algumas considerações sobre a relação eleições, voto e democracia. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 42, n. 90, p. 19-33, may./ago. 2022.

SÁNCHEZ, M. Ó. **La igualdad de oportunidades en las competiciones electorales**. Madrid: Centro de Estudios Politicos y Constitucionales, 2007. 393 p.

Como Referenciar este Artigo, conforme ABNT:

VISCARRA, S. P. Cultura Política Eleitoral no Brasil: Estudo Comparado Entre as Cinco Regiões. **Rev. FSA**, Teresina, v. 20, n. 11, art. 4, p. 60-88, nov. 2023.

Contribuição dos Autores	S. P. Viscarra
1) concepção e planejamento.	X
2) análise e interpretação dos dados.	X
3) elaboração do rascunho ou na revisão crítica do conteúdo.	X
4) participação na aprovação da versão final do manuscrito.	X